

ANC pg 18

O GLOBO - 1 FEV 1987

Governo estabelece estratégia até para contornar possíveis rebeliões

HELENA DALTRO

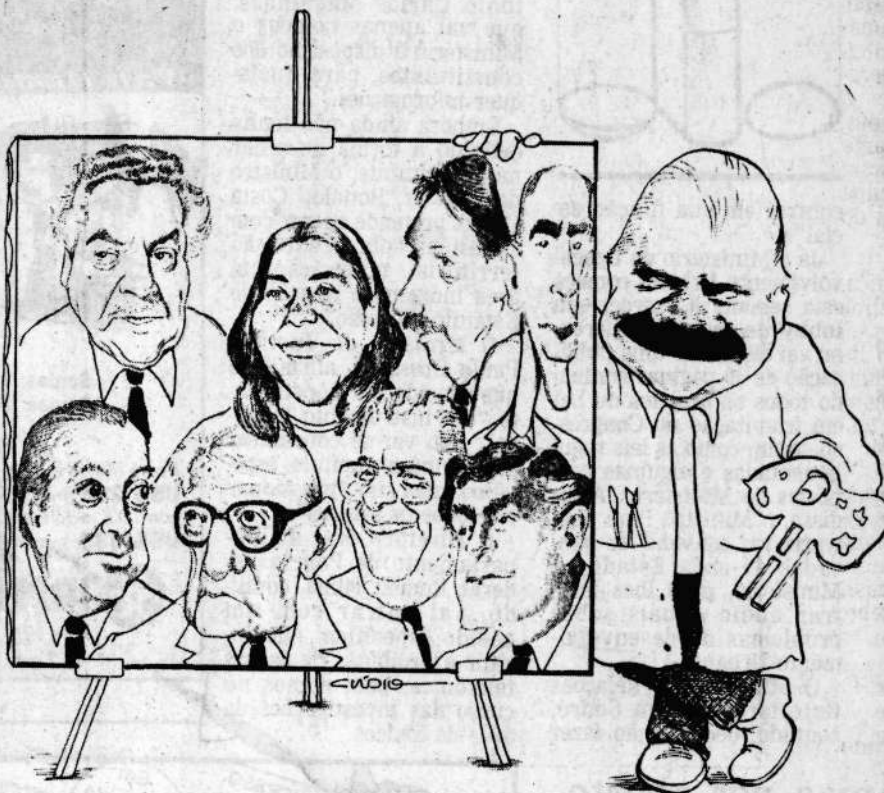
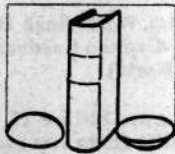
BRASÍLIA —

Três áreas de influência já foram estabelecidas no Palácio do Planalto para o Governo atuar na Constituinte. O Presidente José Sarney, junto às lideranças do PMDB e do PFL e aos Deputados e Senadores amigos; os Ministros de primeiro e segundo time nas negociações de ponta com o Congresso; e os funcionários do Planalto e dos Ministérios que trabalham nas Assessorias Parlamentares formam os três níveis de diferentes contatos do Governo com os constituintes.

Os objetivos são: fazer prevalecer as teses defendidas pelo bloco de poder do Governo na Assembléia; desmanchar possíveis rebeliões que possam prejudicar os trabalhos e a votação das matérias; e negociar a fundo um amplo respaldo político para o Presidente José Sarney.

Nesses grupos de Ministros, assessores e funcionários do Governo, surgem algumas figuras de destaque. Os Ministros do Gabinete Civil, Marco Maciel, e da Justiça, Paulo Brossard, formam o primeiro time para atuar junto aos parlamentares, dado o relacionamento construído ao longo dos anos em que estiveram no Senado e na Câmara e à importância dos cargos que ocupam. O Consultor-geral da República, Saulo Ramos, não tem poder de persuasão junto aos parlamentares, mas é o braço direito do Governo para elaborar pareceres jurídicos, orientar e acompanhar todo o andamento dos trabalhos. Saulo Ramos integrou a Comissão de Estudos Constitucionais, presidida por Afonso Arinos, e tem consigo vários textos de esboço para a Constituição.

O Governo, conforme explicou um assessor do Presidente Sarney, não vai e nem pode enviar diretamente ao Congresso um projeto



que diga respeito à Constituinte, mas pode sugerir a um parlamentar afinado com o Palácio do Planalto que apresente uma proposta de seu interesse.

Os demais Ministros vão ter um papel político menos importante mas eficiente, conforme o assessor palaciano, pois vão atuar de acordo com suas áreas de influência nos Estados.

O Palácio do Planalto conta ainda com parlamentares que não pertencem à Aliança Democrática, mas que podem, eventualmente, defender propostas do Governo.

Em contato direto com as lideranças do PMDB e do PFL no Senado, na Câmara e na Constituinte e

os Presidentes dos dois partidos, o Presidente José Sarney vai obter informações, avaliar o quadro político e atuar indiretamente como o principal negociador das teses do Governo. Contará ainda com velhos amigos do Congresso, como o Senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) e o Deputado Prisco Viana (PMDB-BA).

No grupo de funcionários do Governo, quem lidera e coordena a ação política dos assessores parlamentares dos Ministérios é o Sub-Chefe do Gabinete Civil para Assuntos Parlamentares, Henrique Ferreira Hargreaves. Ele pretende definir um cronograma de novas reuniões a partir da instalação dos trabalhos no Congresso e distribuir tarefas, conforme a divisão em grupos e subgrupos de parlamentares que vão examinar diferentes assun-

tos na Constituinte. Nas assessorias parlamentares, despontam também as de maior atuação: são as dos Ministérios do Exército, da Marinha e da Fazenda.

Dois importantes funcionários do Governo também vão atuar junto a parlamentares amigos. O Secretário Particular do Presidente Sarney, seu genro Jorge Murad, e a assessora e filha Roseane Murad.

O Presidente José Sarney e seus assessores ficarão atentos ainda às novas lideranças que poderão surgir com a formação de blocos políticos no Congresso. As propostas do Governo podem, no entanto, se conflitar em determinados momentos, segundo assessor do Planalto.

Ele explica que o Governo, além de não ser monolítico, é de aliança e, conseqüentemente, formado por pessoas e grupos de origens políticas distintas. Essa diferença pode ser notada entre os Ministros Marco Maciel e Paulo Brossard: o primeiro defende o Presidencialismo com maiores poderes para o Judiciário e o Legislativo; o segundo é parlamentarista por formação.

O Governo, no entanto, só atuará nas grandes decisões da Constituinte e não em suas fases preliminares. Os grandes temas previstos são: sistema de Governo (Presidencialismo ou Parlamentarismo); duração do mandato do Presidente; distribuição tributária para União, Estados e Municípios; intervenção do Estado na economia; Reforma Agrária; Direito e deveres do cidadão; liberdades individuais; e papel das Forças Armadas.